

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVII

FLORIANÓPOLIS, 9 DE AGOSTO DE 2018

NÚMERO 7.319

MESA

Aldo Schneider
PRESIDENTE

Silvio Dreveck
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Valdir Cobalchini
Vice-Líder: Mauricio Eskudlark

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB, PODEMOS**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Leonel Pavan

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ricardo Guidi
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Antônio Aguiar
Cesar Valduga
Moacir Sopelsa
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Leonel Pavan
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Ada Faraco de Luca
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Valmir Comin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente
Serafim Venzon – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ada Faraco de Luca
Gelson Merisio
Valmir Comin
Leonel Pavan

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Moacir Sopelsa – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Jean Kuhlmann
Valmir Comin
Leonel Pavan
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
João Amin
Leonel Pavan
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mauro de Nadal - Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Valmir Comin
Cleiton Salvaro
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Coruja - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Cesar Valduga
Ada Faraco de Luca
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Dr. Vicente Caropreso
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Serafim Venzon
Antônio Aguiar
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente
Darci de Matos
Fernando Coruja
Luiz Fernando Vampiro
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Antonio Aguiar
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Dr. Vicente Caropreso
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
José Milton Scheffer
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Darci de Matos
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 020ª Sessão Especial realizada em 16/07/2018..... 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 5</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.. 6 Mensagem Governamental 6 Ofícios..... 7 Portarias..... 10 Projetos de Lei 11 Projeto de Lei Complementar11</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 020ª SESSÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2018, EM HOMENAGEM ÀS PREFEITURAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA QUALIFICA - MANDATO DE EXCELÊNCIA PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Palhoça, Camilo Martins;

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Rio Negrinho, Julio Ronconi;

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Mirim Doce, Sergio Luiz Paisan;

Senhora vice-diretora da Escola Judiciária Eleitoral, Renata Beatriz de Favere, neste ato representando o senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Ricardo Roesler;

Senhor presidente em exercício da Fundação Escola de Governo - ENA Brasil, Claudio Beduschi Antonioli.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão especial, em homenagem às Prefeituras participantes do Programa Qualifica - Mandato de Excelência, foi convocada por solicitação da Mesa Diretora e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

[Degravação: Tayliny da Silva]

Convidamos, também, para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor Promotor de Justiça e coordenador da Moralidade Administrativa, Samuel Dal-Farra Napolini, neste ato representando o excelentíssimo senhor Procurador Geral de Justiça do

Ministério Público de Santa Catarina, Sandro José Neis;

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Camboriú, Elcio Rogério Kuhnen.

Registramos, ainda, a presença das seguintes autoridades:

Senhor presidente do Conselho Regional da Administração de Santa Catarina, Evandro Fortunato Linhares;

Senhor Gestor de Desenvolvimento Institucional Associativo, Leonardo Costa, neste ato representando o senhor presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Glaucio José Côrte;

Excelentíssimo senhor presidente da Câmara de Vereadores do Município de Rio Negrinho, vereador Abel Hack;

Senhora Coordenadora de Documentação e Disseminação de Informações, Sueni Juraci de Mello dos Santos,

neste ato representando o senhor presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Alceu José Vanzella. *[Degravação: Ademir Gasstmann Junior]*

Senhora Rosilane Pontes Bernard, neste ato representando o magnífico reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, professor Marcos Thomasi.

Neste momento, faço uso da palavra representando os demais parlamentares que aprovaram a realização desta sessão especial.

(Passa a ler)

"A qualificação do serviço público é uma exigência crescente, pois as demandas sociais são cada vez maiores em nossa sociedade e os recursos disponíveis limitados. A população cobra todo dia a eficiência da máquina pública e tem carências no atendimento da saúde, os jovens precisam de educação, nossas famílias querem segurança, a economia depende da infraestrutura.

Estas são apenas algumas necessidades apresentadas ao gestor público, que tem desafios para equilibrar as contas, vê o custo da máquina aumentar, com o crescimento vegetativo da folha, da previdência, e tem dificuldade para gerar receitas. Vivemos um tempo que manter receitas se tornou difícil, e buscar alternativas para ampliar a capacidade de investir parece ainda mais desafiador.

Por isso, é elogiável a adesão de nove administrações municipais ao Programa Qualifica - Mandato de Excelência, desenvolvido com a parceria de várias instituições, a Fundação Escola de Governo, criada pelo nosso saudoso governador Luiz Henrique da Silveira, e a nossa Escola do Legislativo. As prefeituras de Blumenau, Camboriú, Gaspar, Massaranduba, Mirim Doce, Nova Trento, Palhoça, Rio do Sul e Rio Negrinho são as homenageadas desta noite por iniciativas em favor da eficiência administrativa.

A implantação de nota fiscal eletrônica em Palhoça, e a ampliação em mais 13% da capacidade de investimento em Rio do Sul, são dois exemplos destacados dos resultados obtidos desde o ano passado. A iniciativa do programa é inédita no país e possibilita aos municípios a aplicação de ferramentas de gestão em diferentes áreas, como captação de recursos, saúde, desenvolvimento em agricultura familiar e gestão de projetos, entre outros.

Aqui serão divulgadas ações e resultados obtidos com a implementação de um dos pilares do Qualifica, o Programa de Residência em Gestão Municipal. A ideia é promover a qualificação dos agentes políticos municipais, visando aprimorar a gestão pública, prevenir irregularidades e desenvolver uma visão ampla e integrada da administração e da atividade parlamentar. *[Degravação: Iago Zilli]*

Além da premiação de boas práticas, foram selecionados profissionais para treinar gestores municipais, com apoio de nossa Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, que realizou o processo seletivo dos profissionais que se incorporariam ao projeto. De 180 candidatos graduados em Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Social, Gestão Pública ou Gestão de Políticas Públicas, foram selecionados 22 para atuarem nos municípios que se engajaram à iniciativa.

Os selecionados foram contratados pelas prefeituras em cargos comissionados com a missão de elaborar e executar projetos estratégicos para os municípios, como: captação de recursos, redução do custeio, desenvolvimento de portais da transparência e planos de desenvolvimento econômico. Este programa contou, além da Escola do Legislativo, da ENA e Udesc, também com as importantes participações do Ministério Público Estadual, Tribunal Regional Eleitoral, da OAB, IBGE, Fecam, Tribunal de Contas, Uvesc, Conselho Regional de Administração e Banco do Brasil.

A todos, os agradecimentos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina".

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Hudson Mendes Cardoso) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem às prefeituras participantes do Programa Qualifica - Mandato de Excelência.

Convidamos a excelentíssima senhora deputada Dirce Heiderscheidt e o senhor presidente do Conselho Regional de Administração, Evandro Fortunato Linhares para fazerem a entrega das homenagens.

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor prefeito do município de Blumenau, Mário Hildebrandt, neste ato representado pela gerente de Transparência, senhora Bruna do Amaral

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas) *[Degravação: Taquígrafa Ana Maria]*

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor prefeito do município de Camboriú, Elcio Rogério Kuhnen.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor prefeito do município de Gaspar, Kleber Wan-Dall.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor prefeito do município de Mirim Doce, Sérgio Luiz Paisan, juntamente com o seu vice-prefeito, Antônio Carlos Kestring.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor prefeito do município de Nova Trento, Gian Francesco Voltolini, neste ato representado pela senhora residente do Programa Qualifica, Caroline Santos Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor prefeito do município de Palhoça, Camilo Martins.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor prefeito do município de Rio do Sul, José Thomé, neste ato representado pelo senhor chefe de gabinete da prefeitura, Bolívar Bittelbrunn.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas) *[Degravação: Cinthia de Lucca]*

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor prefeito do município de Rio Negrinho, Julio Ronconi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Nesta noite, também seria homenageada a prefeitura de Massaranduba.

Agradecemos a senhora deputada Dirce Heiderscheidt e o senhor presidente do Conselho Regional de Administração, Evandro Fortunato Linhares, pela entrega das homenagens.

Esta sessão está sendo gravada transmitida ao vivo pela TVAL. Acompanhe a programação.

Boa noite!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, a senhora diretora técnico-científica da Fundação Escola de Governo - ENA, professora Cláudia Regina Castellano Losso.

A SRA. CLÁUDIA REGINA CASTELLANO LOSSO - Boa noite!

Em nome da presidente da Fundação Escola de Governo, Junia Soares, agradeço a deputada Dirce Heiderscheidt por esta sessão especial, extensivamente as demais autoridades aqui presentes.

A qualificação da equipe de gestão de uma prefeitura tem relação direta com os serviços prestados e impactam diretamente na vida cotidiana do cidadão. É no município que os serviços prestados têm maior significado e importância e onde se percebe

claramente o nível de qualidade do atendimento das políticas públicas.

Muitas vezes o município não conta com um quadro funcional especializado e técnico, com competências para resolver questões complexas e estratégicas. A dificuldade de encontrar profissionais habilitados com conhecimento científico e prático, dispostos a contribuir na gestão pública municipal, é um ponto discutido entre os gestores, que precisam ainda contornar as dimensões políticas no preenchimento de cargos comissionados. Mas como mudar esta lógica de preenchimento dos cargos em comissão na esfera municipal? De qual forma uma escola de governo poderia auxiliar o prefeito e os demais servidores na transformação do seu município, qualificando a administração municipal?

A inspiração para a concepção do Programa de Residência em Gestão Municipal - PRGM veio do Programa Mais Gestores, idealizado pelo Pró-Pública e Fenecap, que visava ajudar municípios carentes, com baixo IDH. Infelizmente não seguiu como política pública em âmbito nacional, mas a boa ideia foi reelaborada pela Fundação ENA e Udesc para a sua viabilização em Santa Catarina. *[Degravação: Taquígrafa Sara]*

Assim, o PRGM surgiu e foi incorporado ao programa Qualifica - Mandato de Excelência, como um dos seus eixos fundamentais e abraçado pelas instituições parceiras, Alesc, TRE, OAB, CRA, Banco do Brasil, Udesc, Ministério Público de Santa Catarina, Ibge, Fecam, Tribunal de Contas do Estado e o Governo de Santa Catarina, além da própria Escola de Governo e a Udesc. O PRGM envolveu prefeituras, prefeitos e secretários, residentes, profissionais oriundos do campo de públicas e de administração empresarial, e mentores, doutores especialistas nas áreas de atuação, professores que deram orientação e amparo técnico científico para a implementação dos projetos prioritários da gestão municipal.

Importante salientar que, durante a sua execução, foram previstas ações de capacitação em gestão pública com o total de 120 horas entre abril de 2017 e julho de 2018. A ideia totalmente inovadora é a primeira a se realizar no Brasil, ou seja, não há outra iniciativa de residência em gestão pública municipal implantada no país de forma institucionalizada. Esse fato gerou grande repercussão nas mídias e revistas especializadas em gestão, e principalmente nas instituições públicas Brasil a fora, que buscam referência sobre essa boa prática e querem replicá-la.

Os nove municípios catarinenses que

aderiram ao programa sabiam do pioneirismo, aceitaram o desafio e se engajaram na proposta. Queriam mudar a lógica, fazer diferente, melhorar a gestão, inovar. Sabíamos que os principais desafios do início do programa eram: a definição das expectativas por parte de cada um dos atores envolvidos, a inserção de cada um dos residentes nos municípios, e a execução dos projetos propostos em cada município. Para preparar os residentes para a função pública municipal e criar vínculos entre os mesmos, os encontros de capacitação foram fundamentais desde o início. As capacitações trouxeram conhecimentos e ferramentas que colaboraram para o desenvolvimento dos projetos.

Essencial, também, foi o acompanhamento dos mentores junto aos residentes, dando suporte e orientação aos projetos desenvolvidos em cada município. Mentores que muitas vezes tiveram o papel mais do que técnico, auxiliando também questões pessoais. Com o apoio do TRE, foram realizadas visitas dos mentores aos municípios e, por iniciativa da Escola do Legislativo, com o apoio de todos os parceiros do Programa Qualifica, foram realizadas capacitações em todo o estado para divulgar o PRGM. Para acompanhamento das ações, foram realizadas reuniões com os mentores dos programas, além de avaliações institucionais *in loco* com os gestores municipais, avaliações essas necessárias para qualquer iniciativa de criação de uma proposta de política pública.

Após um ano e meio, o encerramento do programa ocorreu em 10 de julho passado, com a apresentação dos resultados obtidos de cada residente em seus projetos. Foram destacados aprendizados tanto pessoais quanto profissionais por parte dos residentes e por parte da equipe ENA e parceiros. Muitos projetos já apresentam resultados, e outros já deram início a mudanças estruturais na gestão das prefeituras. *[Degravação: Nicole Lorraine Engel]*

Sobre os objetivos do PRGM, podemos dizer que atendemos todos, ou seja, qualificamos a gestão municipal em Santa Catarina, pois houve mudanças muito positivas. Desenvolvemos gestores para o exercício de cargos estratégicos na gestão pública, os residentes eram bons e ficaram ainda melhores. Aprimoramos, e ainda estamos aprimorando, o programa para se tornar referência em Santa Catarina e no Brasil, e em outras esferas de administração pública.

A estruturação e consolidação do programa como um todo, e sistematização das práticas de aprendizagem, aconteceu durante a atuação dos residentes nas prefeituras, foram

eles que fizeram acontecer o PRGM. Implantamos uma semente que precisa ser cultivada e espalhada pelo Brasil, melhorando cada vez mais a imagem do serviço público, tão fragilizada atualmente.

Todos os residentes estão de parabéns pelo esforço e trabalho realizado nos municípios, assim como todos os mentores e parceiros do Programa Qualifica, que incentivaram a realização do PRGM. Também, não posso deixar de agradecer, principalmente aos gestores das prefeituras, os prefeitos e secretários, que acreditaram em um projeto inovador, aceitaram o desafio e puderam perceber o diferencial do trabalho dos residentes em sua gestão.

Desejo sucesso a todos os envolvidos e que venha a próxima edição. Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Muito obrigada professora Cláudia! Agradecemos e parabenizamos pela iniciativa a Fundação ENA. Também, parabenizamos os prefeitos homenageados nesta noite, pela sensibilidade que tiveram em fazer parte de um programa tão interessante nos dias de hoje, como as prefeituras de Blumenau, Camboriú, Gaspar, Mirim Doce, Nova Trento, Rio do Sul, Rio Negrinho, Massaranduba, e a prefeitura do meu município, Paçoço, o prefeito Camilo.

Que vocês sirvam de incentivo a outras prefeituras para que elas tenham essa sensibilidade que vocês tiveram de buscar, através da fundação, esse autoconhecimento e a maneira mais inteligente de captação dos recursos, principalmente se qualificar e fazer com que fique um pouquinho mais suave a gestão do prefeito nos dias de hoje, porque realmente está complicado. Como eu falei no início, as pessoas cobram e nós precisamos dar resolutividade aos problemas e, muitas vezes, nos deparamos com situações muito complicadas. E essa é uma maneira de fazer com que a resolutividade realmente aconteça.

A presidência agradece a todas as autoridades que, nesta noite, vieram abrilhantar essa sessão de homenagem às prefeituras. *[Degravação: Taquígrafa Sílvia]*

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia 1º de agosto, às 10 horas, conforme calendário especial. *[Degravação: Taquígrafa Elzamar e Revisão Final: Taquígrafa Sara].*

A T O S D A M E S A

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA Nº 259, de 09 de agosto de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor JOAO AUGUSTO DE SOUZA KUERTEN, matrícula nº 8216, do cargo de Assessor da Diretoria de Comunicação Social, código PL/ASC-1, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Agosto de 2018 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente e.e

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

ATO DA MESA Nº 260, de 09 de agosto de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR SHEYLA CLARINDA GERMANO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor da Diretoria de Comunicação Social, código PL/ASC-1, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse. (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente e.e

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

ATO DA MESA Nº 261, de 09 de agosto de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO HENRIQUE ROCHA FARIA JUNIOR**, matrícula nº 1011, do cargo de Procurador-Geral, código PL/DAS-8, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de agosto de 2018 (MD - Procuradoria).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente e.e

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

ATO DA MESA Nº 262, de 09 de agosto de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO SERGIO ALVES MADEIRA**, matrícula nº 5904, do cargo de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de agosto de 2018 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente e.e

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

ATO DA MESA Nº 263, de 09 de agosto de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JONIANDERSON MENEZES**, matrícula nº 4978, do cargo de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-7, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de agosto de 2018 (MD - Gabinete da Presidência).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente e.e

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

ATO DA MESA Nº 264, 09 de agosto de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALMIR CIRICO**, matrícula nº 6770, do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência, código PL/DAS-8, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de agosto de 2018 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente e.e

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

ATO DA MESA Nº 265, de 09 de agosto de 2018

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR ALMIR CIRICO, matrícula nº 6770, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar da Presidência, código PL/DAS-7, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de agosto de 2018 (MD - Gabinete da Presidência).

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente e.e

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputada Dirce Heiderscheidt - Secretária

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às treze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado **Serafim Venzon**, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados: **Jean Kuhlmann, Serafim Venzon, Valmir Comin e Fernando Coruja**. O Senhor Deputado **Cesar Valduga** apresentou justificativa de sua ausência através de ofício. A senhora Deputada **Ada De Luca** também apresentou justificativa através de ofício. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença dos Senhores Deputados. Na sequência o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação da Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realizada no dia vinte e seis do mês de junho de dois mil e dezoito, que foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente submeteu ainda à apreciação e votação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realizada no dia quatro do mês de julho de dois mil e dezoito, que também foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento e obedecendo a ordem de chegada, o Senhor Presidente passou à palavra ao relator: Ao Senhor Deputado **Valmir Comin**, que passou a relatar o **PL./0167.1/2018** que “Declara de utilidade Pública a Associação Terapêutica e Missionária Magnificat, de Balneário Gaivota”, apresentando parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ao Senhor Deputado **Jean Kuhlmann** que trouxe extrapauta o **PL./0380.4/2017** que “Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no âmbito do Estado de Santa Catarina”, apresentando parecer favorável na forma de Emenda Substitutiva Global, Subemenda Modificativa e com Subemenda Supressiva. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ao Senhor Deputado **Fernando Coruja** que não tinha matéria para relatar. O Senhor Presidente Deputado **Serafim Venzon** passou a relatar extrapauta o **PLC/0017.5/2018** que “Cria Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público de Santa Catarina, cargo de membro e de servidores do Ministério Público, bem como eleva Promotoria de Justiça”, apresentando parecer favorável. Colocado em discussão o Senhor Deputado **Fernando Coruja** pediu vistas em mesa que foi concedido pelo Senhor Presidente. Em seguida o Senhor Presidente passou a relatar o **PLC/0018.6/2018** que “Cria Promotorias de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público de Santa Catarina, cargos de membro e de servidores do Ministério Público”, apresentando parecer favorável. Colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor Deputado **Fernando Coruja** devolveu vistas em mesa do **PLC/0017.5/2018**, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A pedido dos Senhores Deputados a reunião ficou em aberto para possíveis proposições que pudessem chegar ao longo do dia. Às dezessete horas do mesmo dia, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. E para constar a presente ata foi lavrada e após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Serafim Venzon
Presidente

* * *

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1311

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Tramita nesse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei Complementar nº 0007.3/2017, de origem governamental, encaminhado por meio da Mensagem nº 715, de 2 de março de 2017, que “Altera a Lei Complementar nº 636, de 2014, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf) e estabelece outras providências”.

Em face da manifestação anexa da Suderf, solicito, respeitosamente, que seja o referido projeto de lei complementar retirado de pauta e, em decorrência, encerrada sua tramitação legislativa.

Florianópolis, 6 de agosto de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/08/18

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SUDERF

OFÍCIO SUDERF/SGER Nº 0067/2018

Florianópolis, 12 de julho de 2018.

Ao Senhor

LUCIANO VELOSO LIMA

Secretário de Estado da Casa Civil

NESTA

Ref. Projeto de Lei Complementar 0007.3/2017

Prezado Secretário,

Tem a presente Exposição de Motivos conjunta entre SPG e SUDERF, solicitar a retirada de tramitação na ALESC do PLC 0007.3/2017, encaminhada por ofício do Senhor Governador datado de 02 de março de 2017.

O referido PLC buscava adequar a Lei Complementar nº 636, de 09 de setembro de 2014 - que criou a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da RMF, ao Estatuto da Metrôpole - Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, em face da Lei Estadual ter sido editada antes da Lei Federal.

Durante a tramitação na ALESC, prefeitos da RMF requereram maior discussão sobre o conteúdo do PLC, notadamente em face das inovações legais constantes no Estatuto da Metrôpole e suas consequências para as competências municipais. Os debates para aprimoramento do PLC 0007.3/2017 se estenderam entre julho e dezembro de 2017, sem que houvesse um consenso sobre a maioria das questões metropolitanas. Apesar da dificuldade em se alcançar o consenso geral, ficou clara a disposição dos entes envolvidos em solucionar, de forma integrada e urgente, os problemas do transporte coletivo da região.

Deputados da ALESC foram os primeiros a apontar para a necessidade de entendimentos entre o Estado e os Municípios da RMF para que eventuais modificações na Lei Complementar 636/2014 fossem aprovadas em plenário. Com base nessas condicionantes, entre janeiro e março de 2018 construiu-se uma nova proposta de alteração da referida lei com o objetivo específico de viabilizar, com a devida segurança jurídica, integração dos serviços de transporte público coletivos na área continental da RMF.

Atendendo às exigências da própria LC 636/2014, a proposta ora apresentada foi aprovada nos dois colegiados da estrutura de governança da RMF: o Comitê de Desenvolvimento da RMF (CODERF), composto por representantes das prefeituras, do estado e da sociedade civil organizada; e o Colégio Superior da RMF, composto pelos nove prefeitos da região e três secretários de estado.

Em face do consenso alcançado entre estado e municípios no novo anteprojeto de lei complementar estadual - ratificado pelos prefeitos dos oito municípios envolvidos no processo, e atendendo à solicitação realizada por diversas prefeituras da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, solicitamos que o PLC 0007.3/2017 seja retirado de tramitação assim que o presente anteprojeto de lei for encaminhado à ALESC.

Atenciosamente,

FRANCISCO CARDOSO DE CAMARGO FILHO

Secretário de Estado do Planejamento

CASSIO TANIGUCHI

Superintendente da SUDERF

(Republicada por Incorreção)

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0524.9/2018

Of. 033/2018 Nova Veneza, 10 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Nova Veneza, referente ao exercício de 2017.

Nordia Beatriz Nazari

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

OFÍCIO Nº 0525.0/2018

Ofício 16/2018 Rio do Campo 12/07/2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural e Beneficente São José, de Rio do Campo, referente ao exercício de 2017.

Zeferino Beiger

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

OFÍCIO Nº 0526.0/2018

Palma Sola - SC.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Palma Sola, referente ao exercício de 2017.

Nair Libera Javornik

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

OFÍCIO Nº 0527.1/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Arroio Trinta, referente ao exercício de 2017.

Olívio Serighelli

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

OFÍCIO Nº 0528.2/2018

Timbó - SC
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Vida de Assistência à Saúde, de Garuva, referente ao exercício de 2017.

Richard da Silva Choseki

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

OFÍCIO Nº 0530.7/2018

Imbituba, 22 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba, referente ao exercício de 2017.

Cássia Regína Pacheco Demetri

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

OFÍCIO Nº 0531.8/2018

Ofício 15/2018 Criciúma, 13 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cáritas Diocesana de Criciúma (CDC), referente ao exercício de 2017.

Wilson Buss

Padre

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

OFÍCIO Nº 0532.9/2018

Mafra -SC, 16/07/2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Moradores e Amigos Primavera (AMAP), de Mafra, referente ao exercício de 2017.

Valmir Good.

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

OFÍCIO Nº 0533.0/2018

Por União, 29 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital de Caridade São Braz, de Porto União, referente ao exercício de 2017.

Alcidir Jose Brixner

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

OFÍCIO Nº 0534.0/2018

Otacílio Costa, 17 de julho de 2018.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin - Hospital Santa Clara, de Otacílio Costa, referente ao exercício de 2017.

Thatiany A. Waltrick Tessarollo

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

OFÍCIO Nº 0535.1/2018

Ofício nº 022/18 Morro da Fumaça, 15 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital de Caridade São Roque, de Morro da Fumaça, referente ao exercício de 2017.

Arcangelo Sartor Vieira

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

OFÍCIO Nº 0536.2/2018

ADM 181/2018 Blumenau, 16 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Santa Catarina, de Blumenau, referente ao exercício de 2017.

Maciel Costa

Superintendente Geral

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

OFÍCIO Nº 0537.3/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Sócio Ambiental Adelina Clara Hess de Souza, de Blumenau, referente ao exercício de 2017.

Adelina Clara Hess de Souza

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

OFÍCIO Nº 0538.4/2018

Blumenau - SC
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Fritz Muller, de Blumenau, referente ao exercício de 2017.

Prof. Everaldo Artur Grahl
Diretor-Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0539.5/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cruz Azul no Brasil, de Blumenau, referente ao exercício de 2017.

Rolf Hartmann
Diretor-Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0540.9/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de São Miguel do Oeste, referente ao exercício de 2017.

Salete R. da Silva Reichert
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0541.0/2018

Ofício nº 022/2018 Florianópolis, 03 de maio de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Federação Espírita Catarinense, de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Esther Fregossi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0542.0/2018

Florianópolis, 17 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS), de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Luiz Antônio Costa
Administrador Judicial

Lido no Expediente
Sessão de 02/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0543.1/2018

Of. Nº 086/2018
Encaminha documentação para manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS), em Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Carlos Otávio Scheidt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0544.2/2018

Ofício 017/2018 Itaiópolis, 13 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários, de Itaiópolis, referente ao exercício de 2017.

Fátima Kraievski Wilinski
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0546.4/2018

Ofício 053º/2018 Palhoça, 12 de Julho de 2018.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Valorização Humana, Moral e Social - CEVAHUMOS, de Palhoça, referente ao exercício de 2017.

Cel RR. Valmor Raimundo Machado
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0547.5/2018

Ofício 26/2018 Benedito Novo, 28 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais (PEAL), de Fraiburgo, referente ao exercício de 2017.

Darlei Giovane Kannenberg
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0548.6/2018

Ofício 007/2018 Blumenau, 03 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Assistencial Lar Betânia, de Blumenau, referente ao exercício de 2017.

Orlando Mattos Júnior
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0549.7/2018

Ofício nº 057/ACBPU/18 Porto União, SC, 16 de Julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários, de Porto União, referente ao exercício de 2017.

Aloisio Francisco Salvatti
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0550.0/2018

OFÍCIO Nº 033/2018 Urubici, 12 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais Amigos dos Excepcionais (APAE), de Urubici, referente ao exercício de 2017.

Marta de Cassia Pereira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0551.1/2018

Of. 02/2018 Capinzal (SC), 17 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Capinzal, referente ao exercício de 2017.

Euclair Terezinha Wunder
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0552.2/2018

Ofício 019/2018 Jaraguá do Sul, 17 de Julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Casa de Apoio Padre Aloísio Boeving, de Jaraguá do Sul, referente ao exercício de 2017.

Dayane Cristine Krüger Pradi
Coordenadora

Lido no Expediente
Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0553.3/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural Coral Iluminar, de Rio do Sul, referente ao exercício de 2017.

Dalva Malkoski
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0554.4/2018

Taió - SC
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Maternidade Dona Lisette, de Taió, referente ao exercício de 2017.

Rogério de Abreu
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0555.5/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Desportiva de Guaraciaba, referente ao exercício de 2017.

Nadia Pasinato Arpini
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0556.6/2018

Ofício nº 025/2018 Penha, 13 de julho de 2018.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Penha (APAE), referente ao exercício de 2017.

Eudes Beatris Tartari Zanin
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0557.7/2018

Ofício nº 54/2018 Armazém SC, 16 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Armazém, referente ao exercício de 2017.

Zita Michels da Rosa
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0558.8/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Apiúna, referente ao exercício de 2017.

Lirio Girordi
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0559.9/2018

Balneário Barra do Sul / SC
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Balneário Barra do Sul, referente ao exercício de 2017.

Ednei Vargas
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0560.2/2018

Ofício n. 26/2018 Mondai - SC, 12 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Mondai, referente ao exercício de 2017.

Roque Spies
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0561.3/2018

Of. nº 035/2018 Camboriú, 13 de Julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Camboriú, referente ao exercício de 2017.

Lisete Maria Schmitt Garcia
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0562.4/2018

Ofício nº 15/2018 Campo Belo do Sul, 12/07/2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Campo Belo do Sul, referente ao exercício de 2017.

Julia Mª Pucci Delfes
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0563.5/2018

Of. Nº 34/2018 Santa Cecília, 07 de Junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Santa Cecília, referente ao exercício de 2017.

Erica Maria Kern Ely
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0564.6/2018

Ofício nº 54/2018 Urupema, 05 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Urupema, referente ao exercício de 2017.

Gianni Terezinha Schlickmann de Souza
Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0565.7/2018

Ofício Nº 125/18 CORREIA PINTO, 05 DE JULHO DE 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Correia Pinto, referente ao exercício de 2017.

Rozangela Wolff de Cordova
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0566.8/2018

Ofício - 23/2018 Passo de Torres, 13 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Passo de Torres, referente ao exercício de 2017.

Eduardo Maurer Gomes
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 01/08/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0567.9/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Itajaí, referente ao exercício de 2017.

Karen Suyan Clezar Fantini
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/08/18

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1229, de 09 de agosto de 2018**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2018/2018,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora aposentada AUREA BUENO, matrícula nº 298, para **AUREA BUENO FARIA**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Registro Civil do Estreito - 2º Subdistrito da Sede do Município e Comarca de Florianópolis - Florianópolis/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1230, de 09 de agosto de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2012/2018,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora ZULMAR SOUZA HABITZREUTER, matrícula nº 7288, para **ZULMAR SOUZA**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos - Itapema/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1231, de 09 de agosto de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora MARLENE BOROVSKI, matrícula nº 8678, nomeada pela Portaria nº 1745, de 02/10/2017, para **MARLENE BOROVSKY**.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1232, de 09 de agosto de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 08 de agosto de 2018.

Gabinete do Deputado Patricio Destro

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
8283	GERSON DARIO BACHTOLD	JOINVILLE

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1233, de 09 de agosto de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor ARILSON MACHADO, matrícula nº 4908, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Agosto de 2018 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1234, de 09 de agosto de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor GUILHERME MONDARDO JUNIOR, matrícula nº 4835, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Agosto de 2018 (Liderança do PSD).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1235, de 09 de agosto de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR GUILHERME MONDARDO JUNIOR, matrícula nº 4835, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 08 de Agosto de 2018 (DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1236, de 09 de agosto de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa / Registro Biométrico**, a contar de 13 de agosto de 2018.

Gabinete do Deputado Valduga

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7737	ESMIR JOSE ANDREO	CHAPECÓ

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1237, de 09 de agosto de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora FABIANA DE CAMARGO, matrícula nº 8157, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de Agosto de 2018 (Gab Dep Luciane Maria Carminatti).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1238, de 09 de agosto de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor DIANEI FORTTI, matrícula nº 4595, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de Agosto de 2018 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).
Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº PL./0211.0/2018**

Institui a Semana Estadual dos Clubes de Desbravadores no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica instituída a Semana Estadual do Clube de Desbravadores, a ser comemorado, anualmente, na semana do dia 15 de setembro.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei, o dia 15 de setembro de cada ano será o Dia Estadual de Desbravadores no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Patrício Destro (PSB)

Lido no Expediente

Sessão de 09/08/18

JUSTIFICATIVA

O Clube de Desbravadores é um departamento da Igreja Adventista do 7º Dia que trabalha especificamente com a educação cultural, social e religiosa de crianças e adolescentes, na faixa etária entre 10 e 15 anos.

Fundado em 1950, nos Estados Unidos, hoje está presente em todo o planeta, com quase 2 milhões de desbravadores. Na América do Sul são mais de 250 mil desbravadores.

No Brasil, os pequenos clubes fundados no início da década de 60, no Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo foram a célula inicial do que são hoje os mais de 100 mil desbravadores, organizados em quase 3.000 clubes.

Os desbravadores destacam-se na sociedade por meio de atividades sociais e comunitárias, como o Programa Sistemático para crianças e adolescentes de famílias carentes, civismo e disciplina.

Desta forma, conclamamos os nobres pares a fim de que promovam apoio à presente iniciativa, aprovando o presente projeto de lei.

Deputado Patrício Destro (PSB)

PROJETO DE LEI Nº PL./0212.0/2018

Institui o Dia em Memória à Coluna Prestes no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia em Memória à Coluna Prestes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de fevereiro, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Dia a que se refere esta Lei passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A comemoração do Dia em Memória à Coluna Prestes deverá compreender atividades voluntárias que divulguem o seu protagonismo histórico.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Cesar Valduga
Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 09/08/18

JUSTIFICATIVA

O Programa Parlamento Jovem Catarinense da Assembleia Legislativa reveste-se de grande significado, desperta a consciência dos jovens e estimula a participação política. Exercitando a democracia, por meio do debates e da construção coletiva de propostas, o Programa resultou em excelentes proposições que refletem os anseios das comunidades escolares representadas.

Assim, protocolamos o Projeto de Lei em tela, em respeito à excelente iniciativa dos Jovens Parlamentares Daniel de Oliveira Lopes, Daílson Benincá, Francieli Ciqueira, Naiton Henicka de Almeida e Gisele Rech Durigon, da Escola de Educação Básica Itajubá, do Município de Descanso.

O presente Projeto de Lei visa instituir o Dia em Memória à Coluna Prestes, a ser comemorado, anualmente, no dia 2 de fevereiro, no Estado de Santa Catarina.

Nesse sentido, propomos a instituição de uma data estadual que faça referência a esse importante acontecimento histórico, cuja lembrança faz-se notar até mesmo no nome do Município de Descanso, local onde os integrantes da Coluna teriam parado para descansar.

Acreditamos que o Dia em Memória à Coluna Prestes reaviva o protagonismo histórico do Estado de Santa Catarina, palco de importantes acontecimentos da vida nacional.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos senhores Parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Cesar Valduga
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/2018**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1310

EXCELENTÍSSIMO SENHO PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei complementar que "Altera a Lei Complementar nº 636, de 2014, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf), e estabelece outras providências".

Florianópolis, 6 de agosto de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 08/08/18

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SUDERF

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SPG/SUDERF0001/2018

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo viabilizar a integração dos Sistemas de Transporte Público Coletivo municipais e intermunicipais da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF).

A integração do planejamento, da gestão e da execução do transporte público coletivo da RMF será realizada por meio de um convênio de cooperação interfederativo e de contratos de programa, a serem celebrados entre o Governo do Estado de Santa Catarina e os municípios da região, com participação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF).

Para isso, é necessário autorizar o Estado de Santa Catarina a firmar o Convênio de Cooperação com os Municípios da RMF e fazer pequenas alterações na Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, e na Lei Complementar nº 636, de 09 de setembro de 2014, atribuindo à SUDERF a competência, as responsabilidades e os meios necessários para gerir o sistema de transporte coletivo de forma associada com os Municípios.

Desde a conclusão do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis (PLAMUS), em 2015, a situação do trânsito na Região Metropolitana somente se agravou. São constantes os congestionamentos em diversos trechos do sistema viário metropolitano, resultando em longos tempos de deslocamento e enormes prejuízos para o desenvolvimento econômico da região. De acordo com os resultados das pesquisas do PLAMUS, 50% dos deslocamentos na RMF são realizados por meio de transporte individual (carros e motos), índice muito acima da média brasileira, de 32%, igualando a triste marca de Brasília.

O uso intensivo do transporte individual motorizado tem como consequências diretas a redução da qualidade de vida da população e a degradação do meio ambiente, observadas no aumento dos acidentes de trânsito, no aumento da emissão de gases tóxicos e poluentes, no aumento das despesas familiares relacionadas com transporte, entre outras. O PLAMUS propõe formas de oferecer à população novas alternativas de deslocamentos que sejam competitivas em relação ao transporte individual motorizado, iniciando pela reestruturação completa do transporte coletivo da Região Metropolitana da Grande Florianópolis - cujos contratos de concessão estão vencidos há muito tempo (à exceção do Município de Florianópolis), incluindo a reorganização e unificação dos sistemas municipais da área continental com o intermunicipal - criando um só sistema metropolitano - e o investimento em infraestrutura dedicada ao transporte coletivo. Essas intervenções são inadiáveis, sob risco de uma virtual paralisação do trânsito na Região Metropolitana de Florianópolis no horizonte de 2019, segundo dados do PLAMUS.

Há consenso entre os Prefeitos dos municípios da área continental da RMF sobre urgência em encontrar uma solução que inicie o processo de modernização do sistema de transporte coletivo metropolitano, para proporcionar aos seus habitantes condições dignas de deslocamento por transporte público. Esse Projeto de Lei Complementar, já aprovado pelo Colégio Superior da RMF (com manifestação favorável dos Prefeitos dos Municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara) em 12 de março de 2018, dará aos Municípios e à SUDERF as condições necessárias para iniciarem, de forma associada, esse processo tão requerido pela população.

Dada a premência de tempo para que todas as atividades previstas para a implantação do novo sistema de transporte coletivo metropolitano sejam realizadas, propõe-se que a presente Mensagem de Lei tenha tramitação prioritária na ALESC.

Atenciosamente,

FRANCISCO CARDOSO DE CAMARGO FILHO

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

CASSIO TANIGUCHI

SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO DA

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0023.3/2018

Altera a Lei Complementar nº 636, de 2014, que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf), e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 6º da Lei Complementar nº 636, de 9 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

XV - planejar, gerir, executar e operar, de forma direta ou por meio de concessão, permissão, autorização ou delegação, bem como fiscalizar, auditar e controlar os serviços e a infraestrutura do transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano na RMF.

§ 1º A atuação da Suderf fica vinculada ao Plano Integrado de Desenvolvimento da RMF, aprovado pelo Codorf.

§ 2º Fica a Suderf autorizada a:

I - firmar contratos de programa com os Municípios que constituem a RMF e com o Estado, mediante prévia celebração de convênio de cooperação, quando aplicável, com a finalidade de prestar, de modo integrado, os serviços que lhe sejam atribuídos por esta Lei Complementar ou pelos convênios de cooperação, podendo assumir, total ou parcialmente, a prestação de serviços locais;

II - executar diretamente ou mediante contratação, sob a forma de concessão, permissão ou, quando couber, autorização, serviços públicos e obras relacionados ao transporte público coletivo que lhe sejam atribuídos por esta Lei Complementar ou pelos convênios de cooperação e pelos contratos de programa firmados com os Municípios que constituem a RMF e com o Estado;

III - regulamentar, controlar e fiscalizar a operação dos serviços e a infraestrutura do transporte público coletivo sob sua responsabilidade;

IV - definir, nos contratos de concessão sob sua responsabilidade, infrações e penalidades referentes à operação dos serviços e da infraestrutura do transporte público coletivo; e

V - aplicar as penalidades de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo.” (NR)

Art. 2º O art. 19 da Lei Complementar nº 636, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19.....

.....

VII - as receitas provenientes de contraprestações pela administração e fiscalização de serviços e infraestrutura do transporte público coletivo e as provenientes dos direitos correspondentes ao pagamento por outorga de concessões sob sua responsabilidade; e

VIII - as receitas provenientes da aplicação das penalidades por infrações referentes à operação dos serviços e da infraestrutura do transporte público coletivo sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Os recursos de que tratam os incisos VII e VIII do *caput* deste artigo serão aplicados exclusivamente no planejamento, na gestão e na execução dos serviços e da infraestrutura do transporte público coletivo sob responsabilidade da Suderf.” (NR)

Art. 3º A Lei Complementar nº 636, de 2014, passa a vigorar acrescida do art. 23-A, com a seguinte redação:

“Art. 23-A. Fica o Estado autorizado a firmar convênio de cooperação com os Municípios que constituem a RMF para integrar o planejamento, a gestão e a execução dos serviços e da infraestrutura do transporte público coletivo municipal e intermunicipal de caráter urbano da RMF.

Parágrafo único. O Estado poderá realizar aporte de recursos orçamentários para promover a integração de que trata o *caput* deste artigo.” (NR)

Art. 4º O art. 93 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93.....

.....

Parágrafo único. Caberá à Suderf planejar, gerir, executar e operar, de forma direta ou por meio de concessão, permissão, autorização ou delegação, bem como fiscalizar, auditar e controlar os serviços e a infraestrutura do transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano na Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF).” (NR)

Art. 5º A gestão e a fiscalização do sistema de transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano na RMF permanecerão sob responsabilidade do Departamento de Transportes e Terminais (DTER), até o início da operação do novo sistema integrado de transporte público coletivo da região, a ser implementado pela Suderf.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo Estadual autorizado a regulamentar a transição do atual sistema de transporte público coletivo intermunicipal na RMF para o novo sistema integrado de transporte público coletivo da região, a ser implementado pela Suderf.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado
